



“Comemorar como política pública. A comemoração dos Descobrimentos Portugueses, ciclo 1997-2000”

António Manuel Hespanha

Práticas da História, n.º 8 (2019): 198-220

www.praticasdahistoria.pt

“Comemorar como política pública. A comemoração dos Descobrimentos Portugueses, ciclo 1997-2000”

António Manuel Hespanha*

Comemorações e história crítica

O que escrevo neste testemunho não tem grande novidade: decorre da revisitação de uma experiência de há vinte anos, quando fui responsável pela Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses (vulgo Comissão dos Descobrimentos).

Historiador, professor e investigador, com compromissos intelectuais conhecidos com uma conceção crítica da história, foi convidado, sem o esperar, para dirigir esta Comissão. A questão que hoje anima o debate cultural e político apresentou-se-me, então, também como uma questão de coerência pessoal. Eu tinha a noção de que aquele organismo era um elemento da política cultural – e, até certo ponto, da diplomacia – dos governos, tanto do governo socialista que me nomeou, como do anterior, um governo social-democrata liberal.

Dava para perceber que as respetivas leituras que os governos faziam dos “descobrimentos” eram diferentes. A política anterior, encarnada por um intelectual de imagem vincada – Vasco de Graça Moura – tendia para uma versão mais “heroica” e “sacralizadora” da história portuguesa, adotando pontos de vista próximos do luso-tropicalismo, aconchegados na expressão ambígua de “encontro de culturas”. Não se caía na propaganda nacionalista dos anos de 1940, mas subentendiam-se os aspetos menos amáveis, realçando antes a empresa técnica e cien-

* Este testemunho foi enviado pelo historiador António Manuel Hespanha à *Práticas da História* aquando da sua participação no seminário “Descobrimentos: Política, Memória, Historiografia”, organizado pela revista em 21 de Junho de 2018.

tífica, a aventura da viagem, os esplendores da cultura, tudo envolvido numa linguagem universalista ao gosto destes tempos inaugurais da “epopeia da globalização”. Os socialistas insinuavam uma leitura diferente. Desejavam uma narrativa histórica mais “moderna”, que valorizasse mais a inovação, a aurora da modernidade, o cosmopolitismo, o diálogo intercultural, de acordo com o modelo que, em Espanha, tinha orientado os seus correligionários nas grandes celebrações do “Quinto Centenário”, uma fórmula ridiculamente amputada que etiquetou mais uma fase de celebração da “*hispanidad*” latino-americana.

Percebi que, aceitando o cargo, eu escolhia um espaço estreito de manobra, entre o compromisso com uma história desmistificadora, fiel às fontes, cultivando a pluralidade de leituras e o relativismo dos olhares, e uma encomenda de reforçar os cimentos de identificação da comunidade e de enriquecer as relações de Portugal com o mundo contemporâneo. O esforço para combinar as duas coisas passou a ser a linha de força do programa de comemorações para esses três anos.

Isso ficou claro logo no programa oficial do ciclo de 1997 a 2000, em que o foco estava na expansão para Oriente, nomeadamente para a Índia, um cenário carregado das memórias que tinham suportado o principal da ideia de “gesta dos descobrimentos e das conquistas”, mas também cheio de histórias de confrontos violentos com os nativos. E, para mais, tentando dialogar com um universo de interlocutores que tinham inventado e desenvolvido o tópico historiográfico dos “subaltern and postcolonial studies”.

O espírito das Comemorações (1997-2000)

Os primeiros textos programáticos da Comissão procuraram esclarecer desde logo o espírito que guiava as comemorações neste novo ciclo. Logo no “Programa Estratégico”¹ da Comissão, editado poucas semanas depois de a nova equipa ter tomado posse, podia-se ler:

1 “Programa estratégico da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses”, in António Manuel Hespanha, coord., *Há 500 anos. Balanço de Três Anos de Comemorações dos Descobrimentos Portugueses 1996-1998* (Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999), 93-94.

“A própria expressão “descobrimientos” comporta um evidente enviesamento eurocêntrico. Porque, sendo descobridores, os portugueses (os europeus) foram também descobertos. O seu olhar sobre os outros não deve obliterar a forma como os outros nos olharam ou como eles se olhavam a si mesmos. A compreensão histórica do momento que comemoramos não deve ser amputada de qualquer das perspectivas deste confronto intercultural, até porque a acção dos portugueses – os seus projectos, as suas estratégias, as suas avaliações, os seus resultados – teve também em conta tanto as imagens por eles suscitadas nos outros como as imagens que os outros tinham de si mesmos. As comemorações devem ser, portanto, a ocasião de restaurar esse complexo jogo de imagens e de reverberações provocado pela interacção de várias culturas, por vezes radicalmente diferentes.”

Pouco depois desse, o texto de que se extraíram os parágrafos seguintes² é um dos primeiros a caracterizar o objetivo central das comemorações.

“Desde 1986 que se vêm desenrolando as comemorações dos Descobrimientos Portugueses, cujo programa culminará no fim do milénio.

A comemoração dos descobrimientos tem a ver com o nosso passado, mas não se esgota num mero reviver do passado. Esta evocação surge agora – como já surgiu há cem anos – sob a pressão de preocupações e anseios colectivos quanto ao nosso presente e quanto ao nosso futuro.

Para uns, mais saudosistas, a memória dos descobrimientos é, possivelmente, a compensação de uma grandeza

² António Manuel Hespanha, “Com que espírito se comemoram os descobrimientos portugueses”, publicado no jornal espanhol *ABC*, 1997.

nacional que julgam perdida. Para outros, mais otimistas, é, porventura, uma fonte de inspiração para um futuro mais dinâmico, ousado e aberto ao mundo. Para outros, finalmente, é simplesmente uma das formas de disseminar mais saber sobre Portugal e, como isto, de o tornar mais inteligível, para os portugueses e para os outros.

O programa oficial das comemorações dos descobrimentos deve ter em conta, sobretudo, este último objectivo. Promover saber verdadeiro e rigoroso sobre o mundo dos Descobrimentos Portugueses e divulgar este saber, com eficácia e serenidade, no nosso mundo de hoje.

Um saber verdadeiro e rigoroso é sempre – tal como a realidade o é – um saber complexo e susceptível de muitas leituras. A expansão portuguesa inaugurou uma multifacetada rede de dares e de tomares, passível de avaliações contraditórias. Nem todos ganharam, nem todos perderam, com o novo mundo que os portugueses ajudaram a criar. E mesmo hoje, nem todos – em Portugal, na Europa ou nesse mundo por nós tocado – estão de acordo sobre o balanço que deve ser feito, na perspectiva da história do mundo, da nossa aventura de há 500 anos. A única forma de esclarecer esta questão é enriquecer continuamente as perspectivas – diferentes, antagónicas – sobre ela, mostrando todas as suas facetas e evitando juízos unilaterais ou simplistas.

Este conhecimento rigoroso e justo dos descobrimentos constitui a melhor base de entendimento e relacionamento futuro com essa enorme comunidade mundial que, por causa dos nossos descobrimentos e navegações do passado, tem algo a ver, ainda hoje, com Portugal. Desde logo, a comunidade da lusofonia, nela incluindo o mundo dos países de língua oficial portuguesa, bem como as outras comunidades de língua portuguesa espalhadas pelo mundo, desde as Antilhas e a Califórnia a Malaca e a Timor. Mas também as áreas em que deixámos memórias, monumentos, formas de

cozinhar, cantigas... Ou as áreas que nos marcaram a nós, nas artes, na língua, na economia.

A grande utilidade destas comemorações é, porventura, esta de pôr de novo em relação Portugal e este mundo. Reconhecer laços antigos e quase esquecidos, esclarecer mal-entendidos da história, assumir responsabilidades pelo bom e pelo mau, inventariar patrimónios comuns, empreender a sua valorização na perspectiva do presente e do futuro e criar novos laços e relações que o tenham em conta. Neste sentido, a comemoração dos Descobrimentos Portugueses pode ser entendida como uma peça valiosa de uma diplomacia inteligente e aberta.

Para isso, é essencial que as comemorações não tenham um tom exclusivista.

É essencial que sejam ecuménicas, que procurem envolver todos, com escrupuloso respeito da especificidade dos vários pontos de vista. De facto, os contactos que abrimos com outros povos foram aventuras a dois, passíveis de leituras cruzadas ou mesmo conflictivas. A riqueza da nossa história reside precisamente nisso, nas contínuas interpelações que fizemos ao mundo e nas reacções que elas suscitaram.

Mas é também essencial que se libertem de qualquer tom passadista. Ou seja, é também essencial que se projectem sobre o presente e sobre o futuro, como um convite a repetir a aventura de então, a ousar ousar de novo. A recriar, nos tempos de hoje, a atitude de curiosidade que leva à descoberta e à inovação técnica e científica. A restabelecer um espírito de saudável auto-confiança nas possibilidades próprias.

O passado histórico de Portugal, com os legados vivenciais e culturais que ele criou, com a habituação à diferença que ele acabou por desenvolver, constitui um enorme capital ao serviço, não apenas da compreensão ecuménica entre

os povos, mas ainda da projecção da imagem de Portugal no mundo. Por isso é que as comemorações das viagens e contactos culturais dos portugueses têm que continuar a prolongar, a vários níveis, essa experiência do encontro e que continuar a suscitar o interesse por Portugal nos grandes centros de criação da cultura contemporânea.”

A ética das comemorações

Um ano depois, na sessão solene de comemoração da partida de Vasco da Gama na sua primeira viagem, isso mesmo foi claramente reafirmado. A data era crucial e o lugar – a Sociedade de Geografia de Lisboa, uma instituição com um viés tradicional e um passado de celebrações nacionalistas da Expansão – também não podia ser mais emblemático para afirmar o novo rumo das comemorações.

“O temário das comemorações de Vasco da Gama, tal como tem sido por nós proposto, tem gerado alguma (pelo menos) perplexidade. A insistência no “olhar dos outros”, a recusa do etnocentrismo, o descentramento da gesta portuguesa não tem caído bem a todos. A propósito do destaque que demos ao “olhar do outro”, não faltará quem ponha a questão: porque é que nos havemos de ocupar da Índia e das suas culturas³ quando o que se comemora em Portugal este ano é a chegada dos portugueses à Índia?

Já tenho vestido o meu guarda-pó de historiador e explicado que este olhar contextual é a condição para fazer boa história. E que, por sua vez, as comemorações só serão boas se se apoiarem nessa tal boa história. Embora eu ache que este argumento é bastante bom, creio, no entanto, que há quem pense que pode haver boas comemorações apenas

³ Alude-se aqui à grande exposição com que se abria o programa comemorativo da Índia, “As culturas do Índico”, comissariada pela antropóloga Rosa Maria Pérez, no Museu Nacional de Arte Antiga, em 1998.

baseadas numa história assim-assim ou mesmo sem qualquer base histórica. Como admito até que alguns pensem que a história boa é a história à portuguesa.

Uns e outros, achando fraca a desculpa, tenderão a pensar que se adoptamos uma atitude táctica, filiada na actual preocupação pela correcção política e reforçada por más consciências ideológicas de cepa internacionalista e terceiro-mundista.

Vou hoje tentar pôr a questão na sua incómoda, presunçosa, mas verdadeira sede que é, afinal, a sede da moral das relações entre os povos e as culturas.

Colocar a questão neste nível implica, desde logo, excluir o calculismo político que consistiria em alinhar a estratégia das comemorações por objectivos meramente tácticos, como “não incomodar os indianos”, “piscar o olho aos africanos”, “ser simpático para com os ameríndios”. Se, com princípios correctos, se conseguir isto, tanto melhor. Mas, a comandar a táctica tem que estar algum princípio moral relativo ao relacionamento entre nós e os outros. Que, se for justo, contribuirá mais para o bom entendimento do que mil boquinhas e chilreios bem-intencionados.

Não gosto nada de falar de moral, até porque raramente sei explicar bem a que melhor sinto. Mas procurarei, em dois ou três parágrafos, explicar porque é que, do ponto de vista moral, temos, nós os portugueses, que nos esforçar muito em reconstruir uma imagem, na Europa, uma imagem não deformada do Outro.

Fomos nós, há cerca de 500 anos, que mais contribuímos para modelar aqui a imagem do Oriente. Comerciantes, missionários, viajantes, capitães, homens de letras e homens de ciência, oriundos de Portugal ou levados pelos portugueses, descreveram o Oriente. Como sempre acontece, essa descrição foi unilateral. Foi-o pelo enviesamento

próprio de quem vem e vê de fora. Mas foi-o também pelo carácter auto-apologético, “imperial” e “de cruzada” que caracterizou, fundamentalmente, a expansão portuguesa. Não falamos muitas vezes disso. Ou falamos menos disso do que de um alegado natural ecumenismo lusitano. O silêncio até se compreende, em termos dos chamados “respeitos humanos”. Também não temos, nós os portugueses de hoje, que pedir desculpas a ninguém pelo que se foi passando, desde há quinhentos anos, nas relações entre nós e os outros.

Mas temos hoje o dever – que se cumpre com actos e não com piedosas, anacrónicas e inúteis desculpas – de tentar revelar o Oriente inabsorvível, incompreensível, indomável, radical e escandalosamente outro que os nossos cronistas não descreveram, que os nossos santos não catequizaram, que os nossos heróis não conquistaram, que os nossos reis não governaram, que os nossos mercadores nunca compraram, que os nossos sábios não entenderam, que os nossos salões não albergaram e que, finalmente, os nossos antropólogos exotizaram. Mas no qual alguns portugueses por amores vários se perderam, pelo qual alguns outros traíram ou apostasiaram e que talvez apenas alguns poucos dos nossos poetas tenham cantado ou, indizíveis as palavras, tenham calado.

Afastada a festa, deixada a história em paz, este é o grande desafio moral que se nos coloca. Saber se temos hoje a vontade e a força para corrigir aquilo que os nossos antepassados, com vontade e força, foram enviesando durante quinhentos anos.

A relação com o outro – no plano individual ou colectivo – é uma interminável dívida de abertura e de compreensão. Se não a pagarmos até ao fim, não seremos os únicos devedores insolventes. Mas devemos, pelo menos, estar dispostos a fazer, neste momento simbólico, uma primeira entrada.”⁴

4 Antonio Manuel Hespanha, “Editorial”, *Oceanos*, Número especial *Culturas do Índico*, 34 (abril-junho 1998): 7.

Este era um texto que colocava a verdadeira questão forte, a da ética da comemoração – a que é que o ato de lembrar a expansão portuguesa nos obrigava ética e civicamente? E a resposta era forte – a desviar aquilo que tínhamos contribuído para enviar. Nada mais, mas também nada menos. Se se somar a isto o facto de um dos dois palestrantes de honra da sessão ter sido Sanjay Subrahmanyam, o autor de uma desmistificadora biografia de Vasco da Gama⁵ (que a mal informada e preconceituosa imprensa portuguesa classificava de ultrajante), logo se compreenderá a reação de indignação de alguns círculos.⁶ Talvez a mais significativa tenha sido uma “Carta dos 98”, assinada por igual número de “personalidades culturais”, da extrema-direita à extrema-esquerda, e publicada na imprensa na primavera de 1998. Aí se acusava a Comissão de ter vergonha da história pátria, de desconhecer ou trivializar os feitos dos portugueses e, de caminho, de estar mais voltada para a comemoração da morte de Filipe I do que para a exaltação dos heróis patriotas. O interessante deste documento é a sua abrangência, que desmente que o nacionalismo apenas se abriga à direita. Como escrevi em 1998,

“As elites portuguesas a partir da “geração de 70”, preocupadas com a alegada “decadência” nacional, aplicaram ao país uma terapêutica comemorativa de vários gostos e feitios, que compreendeu os centenários de Camões, do Marquês de Pombal, de Santo António e da Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia. Hoje, não falta quem integre as comemorações dos descobrimentos numa estratégia de recuperação da auto-estima, ferida pelo fracasso colonial e por um alegado internacionalismo e deterioração dos

5 Sanjay Subrahmanyam, *The Career and Legend of Vasco da Gama* (Cambridge: Cambridge University Press, 1997), traduzido para português no ano seguinte, ver Sanjay Subrahmanyam, *A carreira e a lenda de Vasco da Gama*, pref. Luís Filipe Tomás, trad. Pedro Catalão (Lisboa: CDCDP, 1998).

6 Para os textos da polémica em torno das comemorações do ciclo da Índia, ver António Manuel Hespanha, coord., *Há 500 anos. Balanço de Três Anos de Comemorações dos Descobrimientos Portugueses 1996-1998* (Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1999). (N. da E.)

“valores nacionais” consequentes ao 25 de Abril. Aparentemente, não são apenas aqueles que definiam Portugal como uma nação essencialmente pluri-continental e pluri-racial, do Minho a Timor, que acham que a consciência nacional ficou afectada pela perda das colónias e que, por isso, precisa de ser retemperada, ou com a memória das grandezas passadas, ou com a celebração do ecumenismo português, por vezes definido numa versão muito próxima do luso-tropicalismo dos anos 50. Como se, perdidas as colónias reais, permanecessem colónias virtuais, alojadas numa irredente “portugalidade”, de que seriam traços característicos a comunidade da língua, a partilha harmónica da cultura, a tolerância racial e o enraizamento numa história comum.”⁷

E, com isto, acabam por alinhar numa história de celebração acrítica mais uma série de setores do espectro político-ideológico, incluindo pessoas que se situam à esquerda e que leem este luso-tropicalismo recondicionado como sinónimo de um humanismo cosmopolita.

A ideologia implícita das comemorações

Era sobretudo a estas novas modalidades de história nacionalista que se dirigia um texto de 1998 no qual se sondava a ideologia implícita dos últimos ciclos europeus de comemorações.

“A referência aos valores subjacentes às comemorações não é inútil. Porque as comemorações também têm uma função muito importante de formação cívica, na medida em que propõem leituras da “identidade”, dos “valores nacionais”, da “essência nacional”, do “destino colectivo”. A França, por exemplo, organizou as comemorações de 1989 em torno da ideia de “mãe da democracia ocidental”, propon-

⁷ António Manuel Hespanha, “Comemorações e formação cívica”, *Há 500 anos...*, 17.

do-se – nessa conjuntura de despique com a cultura política americana e de confronto com o modelo político soviético – como precursora e modelo da cultura política do Ocidente. A Espanha, por sua vez – numa conjuntura interna de redesenho democrático da identidade espanhola e de recomposição da sua política externa, na Europa e na América –, propôs-se como “grande e tradicional potência europeia” (o que continua a fazer com as comemorações de Filipe II)⁸ e, para o mundo americano, como berço da “hispanidade” comum, embora introduzindo a nota do “encontro de culturas”, com que se distanciava do conceito franquista e castiço de “hispanidade” e pretendia acolher (com pouco êxito, diga-se de passagem) as correntes indigenistas dos vários países latino-americanos.

Em Portugal, os valores ligados à comemoração dos descobrimentos evoluíram nestes últimos cinquenta anos. Em 1940, tratava-se ainda da celebração do Império Colonial como produto das “virtudes da Raça” e como “missão civilizadora”. Em 1960, aquando das Comemorações Henriquinas, sendo já problemáticas no ambiente internacional tanto a ideologia imperial como a missão civilizadora, a tónica foi posta em três temas – o da missionação (suscitada também pela figura ascética do Infante), o da prioridade dos descobrimentos portugueses e, já, o das descobertas científicas.

Em 1986 abre-se um novo ciclo comemorativo, na esteira do ciclo colombino espanhol, já em marcha e já com lições a serem tomadas. Falar em “Descobrimento” começava a ser pouco menos do que inaceitável, pois remetia para uma concepção eurocêntrica da história do Mundo. Não é que não fosse verdade que os europeus tinham então descoberto outras terras e outras gentes. Mas como a cultura

8 Enquanto com as de Carlos III propunha exemplos de “modernização” social e política.

européia se assumia como A Cultura e A Civilização, a expressão “Descobrimientos” sugeria que A Civilização tinha então descoberto uma metade da humanidade que vivia na incivilização e na incultura. O que, aliás, o imperialismo europeu não tinha deixado de repetir com todas as letras, sobretudo a partir do século XIX. Ou seja, o que se tornava inaceitável, não era que uma cultura local – a europeia – descobrira outras culturas também locais, que uns nativos (naturais de um lugar) tivessem descoberto outros nativos. O que levantava reacções era que só então os povos não europeus tivessem sido descobertos (tocados) pela Cultura, que os nativos tivessem sido visitados pelos não nativos, pelos “não locais”, pelos “universais”. Para além de que esta ideia de “descobrimento” colocava os europeus no lado activo, viril, seminador, da história do mundo, remetendo os não europeus para a situação de passivos, pacientes, objectos, para o lado “feminino” da história, prolongando essa metáfora habitual e não inocente da natureza das culturas não europeias como culturas femininas (passivas, não racionais) (Índia), pacientes/enfermas (Turquia), dormentes (China).

A metáfora com que se substituiu a do descobrimento foi a do “encontro”. Mas este tema do “encontro de culturas”, juntamente com o da inovação científica e tecnológica, vêm a tornar-se centrais no novo ciclo comemorativo aberto em 1986.

Portugal, saído havia dez anos de uma situação colonial, recompunha a sua memória colectiva de forma a poder torná-la partilhável com o conjunto do mundo lusófono. A imagem identitária de um Portugal ecuménico e moderno era adequada tanto à tarefa de educação cívica pós-colonial, como a este projecto de partilha da memória.

Em si mesma, a ideia de “encontro” é uma ideia neutra. Nada se diz acerca de como foi o encontro, se pacífico,

se guerreiro, se igual, se desigual, se benéfico, se prejudicial. Nem muito menos se diz quem ganhou ou perdeu, e o quê, com o evento. Mas a palavra sugere igualdade e bilateralidade e aponta para uma leitura amável da história em que europeus e não europeus se encontram amigavelmente, pondo em comum culturas e aproveitando mutuamente disso. O carácter desigual, conflitual, frequentemente brutal, dos contactos é discretamente silenciado. Do mesmo modo, o balanço histórico foi insinuado por expressões de sentido positivo como “diálogo de culturas” e “abertura do mundo”. Pelo que sugere, mas, sobretudo, pelo que tenta esconder, esta nova formulação do “encontro” é um expediente retórico bastante mais demagógico do que o anterior.

É por isso que a reflexão histórica e antropológica tem recusado esta retórica amável e tem insistido num estudo rigoroso e justo das modalidades dos “encontros” e das suas consequências. Ou seja, uma partilha mais autêntica e mais corajosa das memórias tem que recusar estas fórmulas roseamente equívocas.

Apesar disso, o espírito colectivo que se promoveu com a ideia de “encontro de culturas” acabou por ter aspectos positivos. Um pouco independentemente da “verdade histórica” criou-se uma imagem do “espírito português” como ecuménico, não discriminador, fraternal. Descontado o que pode ter de perversamente auto-justificador, esta imagem tem funcionado como um factor de promoção dos valores humanistas e anti-racistas.”

E concluía-se:

“A clarificação da memória da expansão só pode resultar do cultivo de uma abordagem mais complexa e plural da história, a tal estratégia que foi expressamente adopta-

da em 1996. Por razões de rigor técnico; pela adequação a uma pedagogia ecuménica; e, finalmente, pelo sentido ético ligado ao dever de reparar enviesamentos culturais na abordagem do outro.”⁹

Uma epistemologia da história crítica

“Todos estes problemas se põem em relação, por exemplo, à história da expansão portuguesa.

Ela é, por um lado, uma empresa intelectual, a conduzir com o distanciamento e estraneidade antes referidos.

Mas é também uma componente da cultura actual e, por isso, do senso comum, quer de portugueses, quer de estrangeiros com quem os portugueses contactaram. Com a história – normalmente nas suas versões mais simplificadas e mais propagáveis –, portugueses e estrangeiros justificam as imagens que têm das suas identidades e legitimam as estratégias de relações mútuas insinuadas pelos respectivos imaginários. História e imaginação política colectiva (uma espécie de diplomacia do senso comum) potenciam-se uma à outra, dando-se mutuamente justificações e construindo um mundo cada vez mais sólido de certezas acerca de si mesmos e acerca dos outros. Os frutos deste enlace entre o documento e o sentimento não podem ser senão o impressionismo, o preconceito e a arrogância.

Qualquer instância que pretenda introduzir alguma racionalidade neste processo de formação dos imaginários políticos – seja a comunidade dos historiadores, seja uma entidade a quem compita uma intervenção cultural neste domínio – não pode ter senão uma política – a de problematizar a visão adquirida das coisas, dificultando que esta

9 António Manuel Hespanha, “Comemorações e formação cívica”, *Há 500 anos...*, 18-19.

seja dada como assente e, com isto, introduzindo disfunções nos mecanismos de produção de imaginários colectivos simplistas.

Isto implica, desde logo, não acrescentar senso comum ao senso comum, cultivando uma história convencional, antecipável, domesticada, amável, a-problemática. Porque isto não é apenas redundante. É também legitimador, contribuindo para que a inércia das ideias assentes se prolongue e, prolongando-se, se consolide e ossifique.

Implica, como segunda obrigação, acrescentar complexidade (novos factos, novas perspectivas, novas avaliações) às visões correntes. Desconfiar da evidência, surpreender novos enfoques, surpreender pelo testemunho inesperado, avançar pela contramão. Porque isso dá conta da primeira característica das coisas, que é a sua inabarcável complexidade. E porque, ainda que as coisas não fossem assim, dá conta da incapacidade de um olhar para dominar todos os ângulos de visão.

Implica, finalmente, apresentar as novas visões como se elas fossem tão precárias e preconceituosas como as anteriores. Porque nem a reflexão – sobre a história ou sobre o presente – se fecha alguma vez em aquisições definitivas, nem os actuais analistas beberam, mais do que os anteriores, da fonte da eterna sabedoria.

Na base de um programa deste tipo, creio que é fácil encontrar consensos, mesmo acerca das histórias incómodas da história. Consensos não, porventura, quanto aos resultados, às leituras, às avaliações. Mas, pelo menos (que já é demais), quanto às metodologias intelectuais e às atitudes morais.”¹⁰

10 António Manuel Hespanha, “Editorial”, *Oceanos*, Número especial *Diápora e Expansão. Os judeus e os descobrimentos portugueses*, 29 (janeiro-março 1997): 5.

A “história incómoda”

Esta linha de rumo implicava também uma estratégia para lidar com a “história incómoda”. Esse foi um tema a que também não se fugiu e que abordei num número da revista *Oceanos*¹¹ dedicado aos judeus na história de Portugal. Reutilizo alguns parágrafos.

“A história dos judeus em Portugal é uma história incómoda. Apesar de tudo quanto se possa encontrar – e algo há-de haver – de harmónico e de fecundo nos contactos da comunidade judaica com o ambiente humano neste canto da Europa, o certo é que, durante quase cinco séculos, os judeus não tiveram em Portugal a sua Terra Prometida.

Esta não é, evidentemente, a única história incómoda da história de Portugal. Tal como a história de Portugal não é, nos dias de hoje, a única história incómoda, a este e outros propósitos.

Em muitos sentidos e em graus variados, a história é, de resto, sempre uma história incómoda, pois o certo é que nós nunca nos podemos rever nos enredos do passado.

Que fazer, então, com as histórias incómodas que a história conta?

Desde há umas décadas que os historiadores aprenderam o suficiente acerca da ruptura histórica para não dramatizarem estes desencontros entre a sensibilidade do presente e as sensibilidades que modelaram as acções humanas no passado. Os historiadores sabem que, no passado, os quadros de valores eram outros, como outras eram as leituras do mundo e a panóplia dos sentimentos. A ideia de ruptura trouxe consigo a consciência da multi-dimensionalidade do homem, do carácter “local” das suas culturas e, conseqüentemente, da descontinuidade radical entre o pas-

11 *Idem, ibidem.*

sado e o presente. E esta descontinuidade tanto liberta o passado das categorias de avaliação do presente, como liberta o presente das responsabilidades do passado.

Para os historiadores, umas das condições para fazer “boa história” é justamente esta des-responsabilização emocional e ética perante os objectos estudados. O passado foi o que foi e não pode ser reformatado. E a sua escrita – sob forma de história – visa hoje, justamente, conhecê-lo integralmente, na sua lógica e axiologia locais, encerrando-o nesse estatuto de coisa definitivamente feita, que apenas nos interessa para nos chocar com a sua alteridade e contribuir para nos dar tanto a irredutível diversidade do humano como a precariedade das nossas actuais certezas.

No entanto, e para a cultura do senso comum, a história é sobretudo continuidade. Aqui, ela é a narrativa da familiaridade, na qual se constroem e se avaliam os legados do passado para a nossa identidade, se tecem diálogos através dos tempos entre nós e os que se diz serem os nossos maiores. Da história supomos receber um legado quasi-biológico, um património material e um ambiente cultural. Tendemos a supor que essa herança constitui o casco da nossa identidade. E, como acontece sempre que irrompe a metáfora da herança, consideramo-nos tanto proprietários do seu activo como responsáveis pelo seu passivo.

Do ponto de vista moral, a responsabilidade histórica não é, no entanto, fácil de justificar. Basicamente, apenas somos responsáveis pelo que fazemos nós próprios, na sociedade nacional ou internacional dos dias de hoje. Aqui é que temos que provar, segundo os padrões de avaliação dos nossos dias, os méritos das nossas condutas. Como também é hoje e perante os homens de hoje, que temos que arcar com as responsabilidades – que nenhuma história nem nenhum futuro remirá – pelos nossos erros e pelos nossos crimes.

A ideia de responsabilização histórica nem sequer é moralmente muito saudável. Em nome da responsabilização histórica, muitos crimes se cometeram já. Para não ir mais longe, lembremo-nos do peso que teve, no anti-semitismo europeu, uma alegada responsabilização histórica do povo judaico pela morte de Cristo. Além de que as “reparações históricas” frequentemente nos distraem de iniquidades que, ao mesmo tempo e de consciência aliviada, continuamos a cometer, não sobre comunidades históricas – de que, frequentemente, nem descendentes deixámos que ficassem –, mas sobre comunidades concretas hoje realmente existentes, cujo destino poderá, no entanto, vir a ser o mesmo.”

Temos de nos desculpar hoje dos factos históricos do passado?

Como disse em 1998¹²,

“Muito próxima desta questão anda a questão das “desculpas”.

Tem estado ultimamente em uso o pedido de desculpas colectivas. Se não me engano, foi Paulo VI quem, pela primeira vez, pediu desculpas aos “irmãos separados” pelas injustiças do proselitismo católico. Seguiu-se Willy Brandt, pedindo desculpas aos judeus pelo Holocausto. Ulteriormente, outros actos de desculpas têm tido lugar. Um dos últimos, o pedido de desculpas, pelos chefes de Estado espanhóis e portugueses pela expulsão dos judeus no início da época moderna e do Papa João Paulo II pelos crimes da Inquisição. Pessoalmente, adiro em geral aos sentimentos de “injustiça histórica” que estiveram na origem desses actos de contrição. Mas, por razões próximas das anteriormente expostas, não concordo com a fórmula.

12 António Manuel Hespanha, “Comemorações e Patriotismo”, *Há 500 anos...*, 22.

Depois, esta ideia de uma culpa impessoal e infinitamente transmissível é uma aberração. A culpa funda-se na responsabilidade por um mal causado, por acção ou por omissão. Assim, não pode atingir senão aqueles que estiveram na sua causa. Muito menos se transmite de geração em geração. Isto mesmo, escrevi-o num editorial de *Oceanos*, dedicado à diáspora judaico-portuguesa, justamente para explicar o que me parecia ser moralmente correcto em relação a essa “história incómoda”.

A ideia que me parece moralmente correcta, neste contexto, é justamente essa outra de, metodicamente, fazer o balanço correcto do que se passou na história, percebendo a complexidade dos factores que coincidiram numa mesma conjuntura para a produção de resultados que nós, hoje, consideramos negativos. E – feito isto e independentemente de uma maniqueísta imputação de responsabilidades às gerações actuais – trabalhar, pela positiva, para reparar as consequências actuais de erros alheios passados. Se se enviesaram negativamente imagens dos outros, contribua-se hoje para as rectificar; se no passado se explorou injustamente, ajude-se hoje fraternalmente; se se causou bloqueamentos e atrasos, incentive-se hoje o desenvolvimento.”

Anexos ao depoimento

Excerto do texto inaugural “Why should we revisit orientalism?”, do seminário organizado por Rosa Maria Pérez, António Manuel Hespanha, “From Orientalism to Postcolonialism (Arrábida, 14-16 de julho de 1999).¹³

“The relationship between the cultures of different continents, as mediated by Imperialism, is a central aspect of modern history. Although Portuguese historiography (and to a smaller degree, anthropology) have a long tradition of Oriental studies, there is little debate on Orientalism and postcolonialism.

¹³ Rosa Maria Pérez e António Hespanha, *From Orientalism to Postcolonialism. Towards a debate on Portuguese oriental perspectives*, Estudos Gerais da Arrábida, CNCDP/Fundação Oriente, julho 1999.

In some cases, also Portuguese historiography is not aware of the complexity of western approaches to the East, and of the need to understand the dualities and polarities that are inherent to them. In other cases, it has not arrived to a West-East discourse liberated from the colonial legacy and from many inherent representations of colonialism.

In a shallower level, the colonial predicament is caused by a unilateral choice of sources or methods. Native sources, written in local languages (even if local languages are actually so spread as the Arabian ...), become inaccessible. Common European historical methodology, centred on written sources, becomes useless. The native voices become inaudible, not only because of ideological filters, but already because of “technical” obstacles.

Historical technologies are not a fate. They express a deeper commitment of the writing of history to a broader social and intellectual context. This social and intellectual context frames, namely, academic elections concerning the curricula. Actually, it is not a fact of nature that Historical Demography is more important than Persian or Chinese; that Swahili symbology of power is a lesser decisive topic than courtier culture in Renaissance. But this broader context frames also academic evaluation, turning in a minor shortage the complete ignorance of native sources or even of native history.

Nevertheless, in a deeper level, colonial predicament is rooted in a pervasive pre-comprehension of human history and of Portuguese history. Letting the first topic unconsidered, a brief remark on the second. Portuguese common sense historical narrative has been severely biased. Firstly, by the nationalistic and imperialistic political trend, during the forties and the fifties. Secondly, in the last forty years, by luso-tropicalism, a self-justifying “sociological” vision of Portuguese expansion, developed by the Brazilian sociologist Gilberto Freire, according

to which Portuguese nature promoted an extremely positive eugenic and cultural intercourse in the tropics. Common sense and even the implicit culture of learned historians was moulded in such amenities. The reactions against any attempt to criticize this eulogistic vision is heavily punished by public opinion and considered by many professional historians as a rendition to political correctness. Recent reactions to tentative moves to incorporate strange points of view in the commemorative discourse are the last example of this kind of reactions. The aim of this seminar is to map theoretical implications of colonial and post-colonial biases, specially concerning orientalism, and to formulate proposals to overpass them.”

Correspondência com ativistas indianos em Goa:

“Lisbon, 8.6.97

Dear Mr. Prabhaker Sinari (*Navhind Times*, Pangin)

Through the Portuguese Embassy, I've got a copy of your article “Vasco da Gama: more buccaneer than hero”, which I have read with attention. As probably yourself, I'm a historian, working on the political and legal history of modern Europe. The historical facts you quoted about Gama's voyage are basically consensual within the academic community. Also your interpretation about European expansion is quite familiar or even sympathetic to European (and Portuguese) current historiography. Unfortunately – as you should agree –, there is no Nation and no Culture that could invoke a past clean from oppression, greed or violence.

What I would like to clarify is that the Portuguese official program of commemorations, in India or anywhere, has not the

slightest intention of cleaning or rewriting our common history. As historian, I am fully aware that history is complex and often uncomfortable for our current views and evaluations. And as a citizen, I don't belong (as also the most significant part of the present generation of Portuguese intelligentsia, who was mostly committed with the opposition towards authoritarianism and colonialism) to those who want to restore the past or to glorify history because it has been our history.

All we want, as organisers of the commemorations (the act of “keeping the memory”, all the memory, every memories), is to take advantage of the occasion – where funding and logistic means are easier to find – to make historical sources available, to sponsor honest research, to implement academic programs of studies, to exchange expertise in our common legacy, to preserve cultural and artistic legacy. In a spirit of reciprocal respect, even towards prejudice, that old or recent history can explain, but against which universalism, generosity and fairness shall progressively prevail.

And I must stress that this commitment to a mutual better knowledge and understanding has, in the case of our Commission, twofold expression, as we have conceived and implemented a program to commemorate in Portugal the 50th anniversary of the Independence of India, which includes concerts and exhibitions on Indian culture and arts and, as far as I know, is the only one organised by an European governmental institution in continental Europe.

I hope that this letter can lead to a fair judgement of our activities, with which we intend to serve a peaceful and friendly relationship between our Peoples.

Sincerely yours. Prof. António Manuel Hespanha. General-Commissioner”

Uma carta idêntica foi enviada ao promotor de uma marcha cívica contra as Comemorações de Vasco da Gama:

“Dear Sir.

Through the Goan press, I knew that you are proposing the organisation of civic activities against the commemoration in India of Vasco da Gama’s voyage. As Chairman of the Commission for the Commemoration of the Portuguese Discoveries, in charge of organising official programs of cultural and scientific activities concerning the Portuguese Navigations throughout the world, I would like to clarify the spirit of our Commission, because I am sure that it will never hurt Indian feelings or national pride. We are aware and we understand that the Portuguese historical voyages can be read under different points of view, even by the Portuguese academic community. We fully respect all of them. Because the basic spirit of our program is to take advantage of the visibility of these great dates of the world history to promote better mutual knowledge and better understanding for the future between Portugal and Peoples and Cultures with which we share common history and common values [...]” (a carta segue idêntica à anterior)

Referência para citação:

Hespanha, António Manuel. “Comemorar como política pública. A comemoração dos Descobrimentos Portugueses, ciclo 1997-2000.” *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 8 (2019): 198-220.